

26/10/2012 às 00h00

Uma inflação de fiéis da balança

Em 2000 as legendas aliadas ao governo Fernando Henrique Cardoso somaram 60% dos votos válidos no primeiro turno. Doze anos depois, os aliados da presidente Dilma Rousseff ultrapassaram os 70% dos votos.

Em 2000 as legendas aliadas ao governo Fernando Henrique Cardoso somaram 60% dos votos válidos no primeiro turno. Doze anos depois, os aliados da presidente Dilma Rousseff ultrapassaram os 70% dos votos.

O sucesso dos partidos governistas sob a égide tucana não foram suficientes para manter o PSDB na Presidência da República em 2002. Por mais retumbante que pareça, o desempenho dos aliados petistas este ano também não é garantia da reeleição presidencial em 2014.

São fartas as evidências de que o eleitor da disputa municipal não se subordina às estratégias eleitorais das lideranças partidárias.

Frente aos projetos de poder das legendas - e, contrariando o veredito da toga, todos o têm senão não seriam partidos - há o eleitor que, cada vez mais escolarizado, faz escolhas com crescente independência em relação a caciques políticos de todas as colorações partidárias.

O que eleições municipais revelam é a estruturação das máquinas partidárias para a conquista do voto. Um dos dados mais eloquentes da força dessas máquinas é a eficácia com que convertem candidato lançado em prefeito eleito.

Nas contas de Wanderley Guilherme dos Santos, que coleciona esses dados desde 1946, o PSB foi, de fato, aquele cuja eficácia eleitoral mais cresceu este ano.

Mesmo que o segundo turno lhe seja favorável, a eficácia eleitoral do PSB, no entanto, ainda não foi capaz de dar ao partido uma presença homogênea no país. O partido de Eduardo Campos mantém-se concentrado no Nordeste. Fora da região, elegeu mais de 10% dos municípios apenas em Amapá, Tocantins e Espírito Santo.

As dificuldades que Dilma vai enfrentar, no entanto, não vêm das vicissitudes do PSB, mas da profusão de legendas médias.

O PMDB continua a ostentar o título de partido com o maior número de municípios, mas já começa a ser acossado em sua condição de fiel da balança.

Em 1988, primeira eleição de todos os municípios pós-redemocratização, apenas cinco partidos elegeram mais de 5% dos prefeitos (PMDB, PP, PTB, PFL e PL). Este ano, ainda sem contar o segundo turno, oito legendas já ostentam essa condição (PMDB, PSDB, PT, PSD, PSB, PP, PDT e PTB).

Cada vez mais a aliança com o PMDB é necessária mas não suficiente para os projetos reeleitorais do PT.

Dez partidos já têm mais de 250 prefeituras no país

Ao final deste segundo turno o PT deve se firmar como a única legenda que, além de crescimento contínuo, tem distribuição nacional e presença em pequenos, médios e grandes municípios.

Isso o define como um pólos da disputa nacional, mas não o único. Além de assegurar os pemedebistas, a presidente ainda tem que se ver com a inflação de partidos médios pelo país.

Seu partido e o PMDB formam a única dupla da política nacional com prefeitos em todos os Estados da Federação. Mas a emergência das legendas médias traz o risco de estas passarem a ser fiéis da balança de outros projetos presidenciais. Dos resultados que se concluem neste domingo estes são o de maior valia para 2014.

Vinte anos atrás, ao disputar a terceira eleição de sua história, o PT fez planos de passar de 38 para 200 prefeitos. Calcou suas campanhas na onda do impeachment de Fernando Collor de Mello que havia tomado o país naquele ano de 1992. O partido cresceu mas chegou a um quarto da meta que havia traçado com a eleição de 54 prefeitos.

Se o impeachment, movimento que levou multidões às ruas, não pôde ser capitalizado eleitoralmente, que dirá o mensalão.

A aposta excessiva no julgamento pode explicar o desempenho do PSDB cuja curva de declínio nem o sucesso de 100% nos municípios que disputa nesse segundo turno será capaz de reverter.

Apesar da queda, o PSDB mantém-se como a segunda força municipal a despeito de estar há dez anos fora do poder. É um feito mais do que suficiente para analistas como Fernando Limongi não verem ameaça a sua condição de principal polo de oposição em 2014.

Petistas costumavam atribuir a implantação do segundo turno eleitoral à reação conservadora contra sua chegada ao poder. Viam na maioria arregimentada maquinação contra a perspectiva do partido mudancista chegar ao poder.

Acrescente-se ao petismo o vezo de se resumir a política nacional ao território paulistano e a tese estava pronta. Houvesse segundo turno, Luiza Erundina não teria sido eleita prefeita de São Paulo.

Passaram-se 20 anos desde a primeira eleição municipal em dois turnos. Pela lente paulistana, vê-se agora um segundo turno com chances de evitar que o candidato vitorioso na primeira rodada, mas rejeitado pela maioria, seja eleito prefeito da maior cidade do país. Talvez haja mesmo avanços onde alguns só enxergam conspiração.

Maria Cristina Fernandes é editora de Política. Escreve às sextas-feiras